



MULHERES NA GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: poder e ensaios no combate a violência de gênero em Paracuru

Lidiane Ramos Lima¹

Resumo: Com o objetivo de estudar a gestão de políticas públicas exercidas por mulheres e os reflexos desta inserção sobre as questões provocadas pela violência de gênero numa cidade litorânea do Ceará, tornou-se instigante adentrar no universo das condições postas às mulheres, acerca do acesso a esses espaços e como se delineavam numa cidade de aproximadamente 32 mil habitantes. O trabalho em discussão é um recorte no produto da pesquisa realizada para obtenção do título de especialista pelo Curso Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, em outubro de 2010.

Palavras-chaves: Gênero, Poder, violência de Gênero, Políticas Públicas.

Abstract: Aiming to study the management of public policies pursued by women and the consequences of this insertion on the issues caused by gender-based violence in the coastal city of Ceará, became exciting step into the universe of the conditions put women, about access to these spaces and as delineated in a city of approximately 32,000 inhabitants. The work under discussion is a cutout in the product of research conducted to obtain the title of Specialist Course for Social Work: Social Rights and Professional Skills in October 2010.

Key-words: Gender, Power, Gender Violence, Public Policies.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: lidianerl@hotmail.com



I - INTRODUÇÃO

Este trabalho é fonte da reflexão sobre a realidade que se permeia no processo de construção dos gêneros, mas precisamente acerca da prática de mulheres em situação de exercício do poder por meio da gerencia de políticas públicas, e sua intervenção junto à realidade de outras mulheres. Com foco, sobretudo, para aquelas que sofreram violência doméstica. Visto este fenômeno como ameaçador ainda para saída das mulheres dos espaços privados rumo a uma vida digna e de igualdade na relação entre homens e mulheres.

O produto deste trabalho é uma das respostas de uma pesquisa que se baseou especialmente, na proposta de conhecer as interferências de mulheres enquanto gestoras de determinadas políticas no litoral Oeste do Ceará. Ao fazermos um recorte sobre a história da cidade de Paracuru, utilizamos o tempo de uma década no estudo anterior para dialogarmos sobre as políticas direcionadas por mulheres para mulheres.

A pesquisa balizou-se no uso metodológico da análise qualitativa, foram executadas técnicas como a entrevistas e aplicação de questionários. Vale salientar que os questionários foram aplicados junto às sete gestoras em âmbito municipal, das pastas referente à política de Educação, Saúde, Assistência, ainda Infraestrutura, Finanças, Articulação Comunitária e Desporto e Juventude. E apenas três destas foram entrevistadas. Quanto ao trabalho em síntese fizemos uma revisão bibliográfica e adaptações necessárias de forma que os dados coletados foram resumidos e apresentados nas seções e conclusões.

Vamos trilhar sobre um conteúdo coletado e apresentado no desenvolvimento do trabalho a partir dos aspectos e desdobramentos das categorias de referência. Consideramos um breve olhar sobre gênero às políticas públicas e a categoria poder, e os desdobramentos das construções desiguais entre homens e mulheres que culminam na categoria violência de gênero trabalhada na pesquisa.

Por último, iremos brevemente tecer nossas conclusões acerca do apreendido, do material coletado ao longo da pesquisa, bem como alcançado no desenvolvimento deste trabalho. Desta forma, pretendemos com esta sistematização reiterar, principalmente, que a pesquisa fonte de saber e amadurecimento para formação e intervenção deve ser comprometida com demandas específicas da questão social, com a finalidade em retornar a realidade proporcionando novos saberes imbuídos com a transformação societária.



II- MULHERES NO PODER: UMA PERSPECTIVA PARA NOVAS CONSTRUÇÕES SOCIAIS

Trabalhamos nesta pesquisa sob a perspectiva das relações de gênero, contudo, focamos nosso objeto de estudo considerando a mulher no meio público detentora de poder e com possibilidade de transformar realidades, principalmente partindo para construção de espaços de saber, de luta e de controle social, focando ações para enfrentar a violência praticada contra as mulheres do Município de Paracuru. Pois a história política e social e das relações construídas ao longo das décadas que marcaram o município de Paracuru no Estado do Ceará vem mostrando que a mulher sempre esteve presente nos espaços públicos, mesmo não apresentando números tão significantes.

No decorrer das décadas, identificamos a inserção de mulheres na gestão das políticas públicas, quando vivíamos ainda os reflexos da ruptura com a ditadura militar. Contudo, em meio a tantas lutas ainda são grandes os desafios postos para essa inserção da mulher nos espaços de poder e de reconhecimento de suas contribuições nesses espaços, e como diz Cruz,

Transformar a condição da mulher na sociedade e formular propostas que permitam seu avanço na cidadania plena, com tal exercício de seus direitos, é, portanto, a grande tarefa pendente para o começo do terceiro milênio (CRUZ, 2009, p. 06).

Desta forma não se pode perder de vista que esta tarefa deve-se, sobretudo, ser iniciada pelas próprias mulheres e isso pode se dar através do poder político. Trabalhamos com isso, com o conceito de gênero, entendendo que este está intrinsecamente ligado a nós, que somos sujeitos que fazem o cotidiano e, especialmente, à história, embora possamos considerar que são inúmeras as interpretações em torno desta categoria ou conceito, este fora utilizado no estudo e destacado enquanto categoria histórica e analítica.

A socióloga Saffioti (2004), estudiosa do assunto, destaca ao falar sobre as categorias gênero, patriarcado e violência, que o conceito de gênero nos dar a possibilidade de analisar a existência tanto de relações assimétricas como igualitárias entre os gêneros. E que esta categoria “diz respeito a uma categoria histórica,” e que o “gênero é uma construção social do masculino e do feminino.” (SAFFIOTI, 2004, p. 45). Passa-se a



observar que as relações entre homens e mulheres são construções sociais e culturais, onde estão relacionados aos sistemas econômicos, políticos, variando conforme o número de classes, etnias, raças e religiões.

Quanto à leitura sobre poder, ou seja, outra categoria em questão nos remete a registrarmos as relações de gênero enquanto relações de poder (CRUZ, 2009). Citando Saffioti, esta conceitua poder mediante a base teórica produzida por Foucault, descrevendo-o como “constelações dispersas de relações desiguais discursivamente construídas em campos sociais de força” (SAFFIOTI, 1992, p.184).

Com isso, ao perceber que este poder se articula dentro das relações de gênero, podemos focar ainda que diante destas construções o poder, como diz Scott citado por Araujo ET al. (2004, p.19), não é instituído de forma “fixa e absoluta”, portanto, o poder masculino não é absoluto.

Entretanto, no que se refere à inserção da mulher nos espaços de decisão política de forma global ainda é moroso. O envolvimento da mulher em espaços de governo, principalmente em âmbito federal e local, proporcionaria supostamente a criação de políticas e leis focadas na mulher.

Segundo dados ainda do Tribunal Superior Eleitoral no ano de 2008 no Estado do Ceará, dos 184 municípios, apenas 11,41% passariam ser assumidos por mulheres para gestão municipal, e 88,59% por homens. Quando verificamos em âmbito local, conseguimos eleger uma mulher para a função de prefeita e a proporção de mulheres eleitas para a Câmara de Vereadores no município foi de 11,1%, ou seja, apenas uma mulher (BRASIL, 2009).

No entanto, as mulheres estão aptas a ultrapassarem as construções sociais fabricadas socialmente postos a elas, pois podemos dizer que as mulheres sujeitas aos modelos institucionalizados de ser mulher, podem se destacar pela autonomia em determinadas situações elucidando outro campo do poder existente na relação entre homens e mulheres como pensa Saffioti (1992).

III- POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS NO COMBATE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO



As leituras sobre a categoria violência de gênero e os dados coletados na pesquisa nos mostrou a violência contra a mulher praticada pelo homem de forma bem mais acentuada, o que nos faz refletirmos acerca da análise de Araujo et al.(2004, p.18;21), que a partir dos anos 90 com “o impulso do estudo de gênero no Brasil, alguns autores passaram a usar a categoria violência de gênero para designar a violência contra a mulher praticada pelo homem.”

Diante desta visão, faz-se necessário enfatizar que trabalhamos a violência contra a mulher enquanto recorte da violência de gênero no âmbito das relações domésticas e familiares, sendo a categoria de análise, tendo em vista os conceitos que são utilizados na Lei Federal Nº 11.340/2006, registrados pelo Centro Feminista de Estudo e Assessoria,

Define a violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Desta maneira, a violência não é apenas a prática de um ato violento, mas, também, não evitar que esta ação aconteça (CFEMEA, 2007, p.15).

Em conformidade com o Centro Feminista de Estudo e Assessoria, a Lei consiste numa resposta à demanda de mulheres, principalmente aquelas que já sofreram algum tipo de violência.

Pode ser vista como um microsistema de direitos por criar mecanismo para coibir e prevenir este tipo de violência; dispor sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, com competência cível e criminal; além de estabelecer medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência, artigo 1º, (CFEMEA, 2007, p.14).

Estudos realizados pela Fundação Perseu Abramo em 2002 sobre A mulher brasileira nos espaços públicos e privados e que fora discutido e explorado por autoras como Margareth Rago (2009), Saffioti (2009), apontam que são muitas as razões que levam as mulheres a permanecerem vivenciando as relações de violência. Podemos dizer que a ideologia de gênero de acordo com Araújo et al.(2004,p.31) pode ser um fator, onde esta ideologia “legitima a dominação masculina e a ‘submissão’ feminina, sendo um fator preponderante na perpetuação da violência praticada pelos homens contra as mulheres, muitos deles protegidos pelo silêncio das próprias vítimas.”

Os dados da Delegacia Civil de Paracuru em 2006 registraram 56 casos em Boletins de Ocorrência no primeiro ano de implantação da Lei 11.340/2006, sendo apenas 30 procedimentos instaurados com base na Lei dentre estes os inquéritos.

Ao analisamos o ano de 2009 junto a Delegacia Civil de Paracuru ano base da pesquisa, inicialmente um número de 95 novos casos foram registrados, e apenas 51 procedimentos contra o direito da mulher foram instaurados.



Necessário seria refletirmos que as políticas públicas afirmativas são ferramentas para tentar corrigir as desigualdades, em especial as de gênero. Desta forma, nos instigava saber se as políticas públicas de forma especial as existentes na área da Educação, Saúde e Assistência, geridas por mulheres continuamente desde 2000, contribuíam e protegem os direitos das mulheres, e ajudavam na redução da violência ou não contra a mulher em Paracuru, tendo em vista, que as políticas públicas traduzem em seus resultados formas de exercício do poder político. É tanto que concordamos com a compreensão de que as políticas públicas

Resultam de forças sociais contraditórias, o que faz com que a forma e o conteúdo das mesmas estejam diretamente associadas à conjugação de fatores estruturais e conjunturais do processo histórico do país (MACIEL, 2010, p.2).

A pesquisa que fundamentou este trabalho visava apresentar respostas a estas questões postas para o Município, precisamente para as políticas de governo adotadas a partir de 2000 a 2010, sabendo inclusive que existiam contradições que estavam em volta da gerência das políticas públicas locais, especialmente no que concerne às políticas sociais, analisando-as em meio a um sistema econômico extremamente excludente e contraditório.

Sabemos que a violência contra mulher praticada pelo homem, enquanto forma de expressão da violência de gênero, é um problema mundial. Oliveira e Cavalcante relatam que,

No Brasil, o início da implantação das primeiras políticas públicas direcionadas às mulheres em situação de violência se deu a partir da pressão desenvolvida pelo movimento feminista na década de 70. Ele foi fundamental para o processo de mudança legislativa e social, principalmente nas propostas de políticas públicas (OLIVEIRA; CAVALCANTE, 2007, p.4).

Segundo Teixeira (2002), de acordo com a análise de estudiosos da área, as alterações no conteúdo e metodologia das políticas públicas mudariam mesmo a partir das mudanças na composição do poder político existente, seriam mudanças substantivas. Por isso, um dos grandes desafios postos ainda hoje à sociedade civil é participar da formulação das políticas públicas e da gestão das mesmas. Considerando a política em esfera local, percebemos ainda que ao direcionarmos a leitura em torno das políticas públicas para as mulheres, estas se encontram ainda em caráter embrionário. O que nos faz notar também acerca da necessidade de novos olhares e resignificações que nortearão o fortalecimento da participação política de mulheres. Não basta apenas inseri-las nos espaços de poder, caso estas mulheres não estejam sensíveis para luta contra a desigualdade entre os gêneros.



IV- CONCLUSÃO

Neste momento vale ressaltar que foi possível, aproximarmos de um caminho de histórias repetidas, mas também de encontros com aquelas que aspiram enfrentar os desafios e romperem com os modelos construídos socialmente, com as representações culturais, refletidas ou meramente reproduzidas na sociedade, embora não tenha havido ainda uma caminhada mais intensa na busca de outra hegemonia. Assim têm-se constituído as ações desenvolvidas na cidade de Paracuru, composta por uma população que supera a marca dos 32 mil habitantes, Conforme os modelos sociais, culturais, políticos e econômicos, há uma constante “(re)construção” das relações sociais de gênero, e tantos os sujeitos, homens como mulheres, vivenciam suas relações de forças em campos visando transformá-las ou conservá-las (BOURDIEU, 1999).

A inserção das mulheres nos espaços de poder ainda perpassa pela vontade e poder dos homens. Ficou notório e, a saber, que as chances de se inserir nesses espaços são alongadas se não houver uma aliança com o poder constituído e fiel aos objetivos do mesmo. Tornou-se claro com as eleições de 2008, quando analisado o quadro de candidatas por partido político e os resultados das eleições, após o pleito. Praticamente dois partidos políticos cumpriram a proposta de cotas para inserção de mulheres na corrida ao assento no legislativo.

Mesmo com o processo de redemocratização do país, com as mudanças em termos de normatizações, passa ainda a ser evidente, a cultura política do Município de Paracuru estabelecida. As correntes existentes, a fragilidades de determinados movimentos sociais e a autonomia ainda dos homens na tomada de decisões e de poder. E não se pode imputar a estas mulheres, o desconhecimento desse processo, e dessas relações, mas também não se pode dizer que estas não estejam dentro de suas formas e atitudes tentando desconstruir certos conceitos e modelos historicamente construídos e reproduzidos nas relações entre homens e mulheres.



Mas não perdemos de vista a ideia de que as mulheres estão dispostas a driblarem os modelos fabricados historicamente, quando aceitaram seguir por um longo caminho de desafios e limites na gestão das políticas neste município.

Desta forma, o que refletimos é que não deve interessar aos homens a mudança desse modelo fabricado e ainda arraigado entre as mulheres. Com isso, ao avaliarmos as ações desenvolvidas durante uma década decidida por mulheres constatamos que são políticas pautadas em mudanças conjunturais, na sua maioria, não apresentam dentro do seu marco teórico uma reflexão mais profunda acerca de mudanças ideológicas quanto às relações assimétricas entre homens e mulheres. Outras são, portanto, de abrangência fragmentada e que de certa forma terão impactos apenas distributivos.

Desta forma, acreditamos que se tem tornado uma provocação construir inclusive políticas públicas pautadas num enfoque integral e com proposta de autonomia e liberdade para as mulheres, principalmente as que estão sofrendo violência doméstica e familiar. Buscar o respaldo em princípios e compromissos que se delinearam em torno da história dos direitos humanos. A busca por respeito a estes princípios também faz-nos entender as contradições da realidade, as desigualdades existentes, portanto, a necessidade de políticas afirmativas, sem perder a clareza de que o compromisso para conseguirmos uma cidadania plena também consiste na implantação de políticas universais.

Com base nos princípios que norteiam a prática do Assistente Social e enquanto interventiva nas demandas sociais ressaltamos que procuramos fundamentar nossa pesquisa, por fim este estudo, a partir da compreensão da realidade com a sede de sobressair da margem que os fatos nos concedem, e percebermos que estes são complexos decorrentes de sua relatividade. A problemática estudada revelou-se como ponto de partida para aprofundamentos futuros e de maior abrangência, destarte, como porta para buscar novos horizontes, novas construções e novos recomeços.

V- REFERÊNCIAS

ARAÚJO. M.F e MATTIOLI.O.C(Org) .**Gênero e violência**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.



BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Dados TSE/Eleições 2008 / Atualização em 01/09/2008. Disponível em < www.tse.gov.br >. Acesso em: 29/05/2010.

CAVALCANTE, Vanessa Ribeiro Simon; OLIVEIRA, Anna Paula Garcia. Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, v.17, n.1. São Paulo/abr.2007. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0104-12822007000100005&script=sci_arttext>. Acesso em 28/04/2010.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA-CFEMEA. RODRIGUES, Almira; CORTÊS, Laris (Org). **Os direitos da Mulheres na Legislação Brasileira Pós-Constituinte**: Legislação (Federal, Estadual, Municipal) sobre Direitos das Mulheres a partir da Constituição de 1988. Brasília: Letras Livres, 2006.

CRUZ, Maria Helena Santana. O Poder Político e as Mulheres nas eleições em Sergipe. IN: **Cardenos**. Revista de Política e Cultura da Seção Sindical dos Trabalhadores da UFS-ANO X v.15 e 18 jan/dez 2009. Disponível em <www.observatoriodegenero.gov.br/.../políticas.../o-poder-politico-e-as-mulheres-nas-eleicoes-em-sergipe - Similares>>. Acesso em 28/04/2010.

MACIEL. Carlos Alberto Batista. **Políticas Públicas e Controle Social: encontros e desencontros da experiência brasileira**. Assistente Social, Doutor em Sociologia e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. [200-?] Disponível em < <http://www.ufpa.br/.../7-prof-dr-carlos-batista-maciel> > Acesso em: 30 de abril de 2010.

RAGO, Margarthe. Ser mulheres no século XXI ou carta de alforria. IN: VENTURI, Gustavo, RECAMAN, Marisol, OLIVEIRA, Suely (Org). **A Mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, setembro, 2004, p.31-42.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Rearticulando gênero e classe social**. IN: COSTA, A O. e BRUSCHINI, C (Org). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. Gênero e Patriarcado: violência contra mulheres. In: VENTURI, Gustavo, RECAMAN, Marisol, OLIVEIRA, Suely (Org). **A Mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, setembro, 2004, p.43-59.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. **ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS NO ESTADO DA BAHIA-AATR-BA**. Políticas Públicas- O papel das Políticas Públicas. Bahia, 2002. Disponível < www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr/2/a.../03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso 28/04/2010.